



Por João de Quinhones Levy
Presidente da Ecoserviços e presidente da AEPESA

Diagnósticos e recomendações

No recente relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), após se referir que «a performance da economia deteriorou-se assinalavelmente desde 2000», entre as várias recomendações, estabelece-se ser necessário «aumentar a concorrência nos mercados e flexibilizar as relações laborais».

Não é uma recomendação que surpreenda pois que, já na Cimeira de Lisboa para o Emprego, da União Europeia, realizada em 2004, se concluía que «os Governos não devem cair no dirigismo, nem tão pouco substituir o mercado»; «não devem interferir nas decisões comerciais, nem impor pesados regulamentos económicos e sociais»; «a competitividade, a inovação e a promoção de uma cultura empresarial são condições imprescindíveis para o crescimento – essenciais para a economia – especialmente importantes para as PME».

Também a avaliação da economia nacional não trouxe qualquer novidade – desde o ano de 1998 que esta deixou de convergir com a Europa. Desde esse ano que a variação real anual do PIB, em percentagem, apresenta valores preocupantes (diminuiu de 4,6% para -1,3%, em 2003, apresentando ainda em 2005 uns reduzidos 0,3%).

E como tem Portugal respondido a todas estas recomendações? Recorrendo, novamente ao relatório da OCDE, «com bons planos e bons programas de estabilidade e crescimento, que, no entanto, não são executados». Isto é, a teoria é boa, a prática é que não.

Associo agora a este relatório, a recomendação da AdC (Autoridade da Concorrência), em resposta à queixa apre-

sentada, em Julho de 2004, pela AEPESA – Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente, contra a empresa AdP – Águas de Portugal. O porquê da queixa é evidente para todos, menos para o Governo: empresas do grupo AdP participam em concursos lançados por empresas também do grupo. Isto é, quem prepara, lança o concurso, concorre e decide é sempre a mesma entidade, a AdP.

Antes da AEPESA apresentar a queixa, procurou junto dos sucessivos ministros do Ambiente e da Economia demonstrar-lhes a falta de correcção desta participação da AdP. Como acreditar no rigor de um concurso, quando quem concorre é quem decide? Salientou-se, por várias vezes, a incoerência do discurso governamental sobre a transparência dos mercados e sobre a necessidade de dinamizar o tecido empresarial português, quando ao mesmo tempo o sector público faz concorrência ao privado. Tudo foi em vão.

Vem agora a AdC dar razão à AEPESA, através da sua recomendação n.º 2/2006 relativa ao funcionamento dos Sectores de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais. Sem rodeios, recomenda «que a fim de eliminar qualquer risco de conflito de interesses, deverão as empresas do grupo AdP abster-se de participar nos concursos abertos pelas

entidades gestoras de sistemas multimunicipais, na medida em que estas entidades são igualmente controladas pelo mesmo grupo».

Qual a resposta do ministro da tutela ou do presidente da AdP? Obviamente que não foi «Vamos aceitar a recomendação». Foi, pelo contrário, aquela que é tradicional nos nossos governantes: foi a de minimizar a recomendação, frisando que quem manda é o Ministério. Não a acatando, teremos mais AdP, mais concursos fictícios, mais estatização do sistema e menos concorrência.

Qual agora a relação entre o relatório da OCDE e a recomendação da AdC? É infelizmente simples: a economia portuguesa não se desenvolve e afasta-se da europeia porque se continua a estatizar os sectores. Cada vez há mais empresas públicas, mais institutos, mais ingerência do poder político em áreas em que deveriam ser os mercados a actuar livremente. No sector das águas esta ingerência é constante, a Autoridade da Concorrência comprova-a e critica-a. O Governo não quer, no entanto, abrir mão do seu controlo, quer continuar a interferir, mesmo quando o Primeiro-Ministro vai a Bruxelas defender o contrário, salientando a importância de se adotarem as conclusões da Cimeira.

É tempo de seguir as recomendações, da OCDE e da AdC. O Governo deve deixar os mercados funcionar, deve regulá-los, mas não dirigi-los. A receita é simples, ponha-se agora em prática a teoria. ■

É tempo de seguir as recomendações da OCDE e da Autoridade da Concorrência. O Governo deve deixar os mercados funcionar, deve regulá-los, mas não dirigi-los. A receita é simples, ponha-se em prática a teoria